

COISAS DA POLÍTICA

DORA KRAMER

Antônio Carlos não é Aureliano

Numa inflação de 40% ao mês, dinheiro no banco sem aplicação é dinheiro perdido e até menino sabe disso. Como de menino Antônio Carlos Magalhães não tem nada, ele sabe muito mais. Sabe, por exemplo, que espaço não ocupado é espaço perdido. Na segunda-feira, quando colocou-se como candidato à Presidência da República, ensinou que negociação sem cacife é capital dizimado. Portanto, eis que num átimo ACM tira o PFL da condição de patinho feio da articulação sucessória para a posição de jogador de grande porte.

Até agora, estava o partido sentando em todas as mesas, informais ainda é verdade, com um capital que se não podia ser considerado desprezível — porque tem a oferecer lideranças nacionais expressivas e estrutura partidária bem montada — também não estava à altura de quem nos últimos anos jamais esteve de fora do centro do poder. Era de se esperar, então, que da Bahia algum sinal relevante aparecesse. Pode ser que Antônio Carlos esteja, como indicavam algumas avaliações feitas ontem no Congresso, apenas ocupando um espaço vazio até que o quadro se defina. É também isso.

Mas não é só. Solidário com a tentativa do entendimento, mas duvidando dele, ACM se prepara para o que o futuro mandar. O governador joga hoje até mesmo com a hipótese de levar a sério a candidatura. A única possibilidade com a qual não se deve contar é que ele se apegue à idéia apesar das circunstâncias. Traduzindo, Antônio Carlos não fará, em 1994, o triste papel de Aureliano Chaves em 1989. Pode até concorrer como vice — lugar que tem sido reservado, segundo as primeiras especulações, ao filho Luís Eduardo —, mas jamais insistirá em trilha que acaba em beco sem saída. Muito menos vai entrar em negociação com cacife de par de oito.

Hoje no PFL a avaliação é a de que o partido não chega até junho sem ter uma definição precisa de seu papel na eleição de outubro. No meio do ano já terá candidato próprio ou estará composto com alguém, seja PMDB, PPR, PTB ou PSDB. A aliança poderá ser global ou com parceiros individuais. O certo é que o senso de, digamos, oportunidade típico do PFL indicará o caminho. E ele terá de ser muito seguro para fazer com que Antônio Carlos deixe de se eleger senador com uma bancada enorme de deputados — de dentro e de fora da Bahia — para embarcar na aventura da Presidência.

Embora o PFL esteja hoje integrado às articulações da grande aliança de centro que se imagina ideal para levar o PT de Lula à lona, ali ninguém é bobo de ficar esperando para ver se vai dar certo, sem se precaver com um jogo próprio. Até porque, mesmo dentro do PMDB, há quem encare a

possibilidade de a grande aliança vingar apenas como hipótese remota e, ainda assim, das que se integram à categoria dos milagres. A dificuldade principal, de acordo com essa linha, seria imposta pelas realidades paroquiais.

Com a eleição casada, os candidatos estaduais criariam obstáculos a uma coligação em torno de um nome pelo simples fato de que cada um quer que o candidato de seu partido seja o cabeça da chapa. "A conversa de que a aliança é melhor para o Brasil será rapidamente substituída pela realidade dos interesses locais", analisa um pemedebista enfiado até as orelhas na questão sucessória. Segundo ele, o melhor momento de se estabelecer a união dos desiguais já passou, pois as candidaturas de governadores já estão quase todas postas.

Se o argumento de que o regional acabará prevalecendo sobre o nacional for verdadeiro, o cenário resultante será o de candidaturas próprias à Presidência. E aí, para a virada do semestre já está previsto um movimento batizado de "agosto das traições". É que candidato a governador, deputado e senador quer candidato forte a presidente. Este ajuda e puxa votos. Mas ninguém aceita carregar mala pesada. Destas, será preciso se livrar com rapidez. Em agosto, com a propaganda eleitoral da TV o quadro indicará quem é pesado de carregar e não haverá quem segure o abandono de candidaturas, o troca-troca de apoios. A lei permite, o voto não é vinculado.

De qualquer forma, ainda é cedo para diagnósticos definitivos. Uma liderança de peso no PFL resume: "Quem disser hoje que pode antecipar com perfeição o desenho dessa disputa, está mentindo." Claro, faltam oito meses para a eleição, há 11 partidos credenciados à luta pelo cargo maior e apenas dois deles, PT e PDT, têm o que Antônio Carlos chama de "candidatos inarredáveis". Lula está em primeiro lugar, mas mesmo com 40% de inflação, governo em dificuldades, político sendo encarado pela opinião pública como sinônimo de corrupto e um clima de desforra pela eleição de Collor em 1989, não consegue ultrapassar a faixa dos 30%.

Isso mostra que o PT sofre restrições de bom tamanho no eleitorado. Também é difícil imaginar que haja disposição de unidade em torno de uma candidatura mais à direita, com um Jarbas Passarinho, por exemplo, pela dificuldade que teria de derrotar Lula no segundo turno. Como define um dos eventuais candidatos da grande aliança, "quem está no centro abre os braços com mais facilidade". O que leva à suposição de que as forças que não se sentem representadas pelas duas correntes situadas no extremo das pontas do quadro político ainda podem, com articulação e competência, mudar o rumo da sucessão.